

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

Cenário Econômico

O início do primeiro semestre foi marcado com a atividade econômica mais fraca do que esperado tanto no Brasil quanto nos EUA e China. Na Europa o foco permaneceu no campo político com a reestruturação da dívida da Grécia. A forte desaceleração da economia americana no primeiro trimestre não altera o cenário de expansão para este ano. A queda da atividade nos primeiros meses do ano foi ocasionada, em grande parte, pelo inverno atipicamente rigoroso e pela paralisação dos portos na costa oeste, sinalizando fatores transitórios. Os fundamentos que sustentam a demanda privada continuam robustos, o consumo das famílias deverá ser suportado pelo forte crescimento da renda real, a elevada taxa de poupança e a confiança do consumidor e a melhora no mercado de trabalho. Como a economia mostrou dados melhores no segundo trimestre, o FED deverá subir a taxa de juros no final deste ano e a nossa projeção de crescimento do PIB americano é de 2,5% em 2015.

Na Zona do Euro, os dados econômicos divulgados apontam para uma recuperação da atividade. O impulso fiscal menos contractionista, a depreciação da moeda, a melhora do crédito, o consumo em expansão e uma política monetária mais acomodaticia contribuem positivamente para um cenário de expansão nos próximos meses e nossa projeção é de crescimento do PIB em torno de 1,5% em 2015.

Na China, os dados de atividade mostram que a economia permanece desacelerando. O Banco Central Chinês promoveu quatro cortes na sua taxa de juros desde novembro do ano passado e encerrando na taxa de 4,85% no final de junho/15. A inflação baixa, condições financeiras apertadas e a demanda mais fraca mostram que mais estímulos são necessários para estabilizar o crescimento, o BC chinês deverá manter a política de expansão a oferta de moeda e mitigar os efeitos negativos sob as expectativas decorrentes da forte correção que ocorreram nas bolsas do país.

No cenário doméstico, os fundamentos macroeconômicos continuam em deterioração. O PIB do primeiro trimestre recuou 0,2% em relação ao trimestre anterior, puxado pelo desempenho negativo da indústria e de serviços, bem como pelo recuo das famílias e dos investimentos. A demanda doméstica tem dado claros sinais de desaquecimento, do lado das famílias, a renda disponível vem sofrendo com a correção de preços administrados e com a piora do mercado de trabalho, do lado das empresas, com crédito mais restrito, nível de confiança extremamente deprimido e investimentos em baixa. Neste contexto, uma queda do PIB este ano é esperada e a nossa projeção é de uma retração de 1,7%. Apesar da atividade fraca, a inflação segue elevada. A forte correção de preços administrados (energia elétrica e transporte público) e a elevação de alguns impostos implicaram em uma forte pressão inflacionária. Na política monetária, o Banco Central continuou o ciclo de aperto monetário, com quatro ciclos de altas de 0,5%, encerrando o semestre com a taxa Selic em 13,75% a.a. O Copom sinaliza que o BC continuará vigilante para garantir a convergência da inflação. Para 2015, o IPCA deverá superar o teto da banda inflacionária e a nossa projeção é de fechar o ano em 9,15% pressionada pelos preços administrados, recomposição de alguns impostos e o impacto da desvalorização cambial. Acreditamos que o fim do ciclo de aperto está próximo e o Banco Central deve promover apenas alguns ajustes adicionais e a taxa Selic deverá encerrar entre 14% - 14,50% a.a. em 2015.

Histórico

O Banco Rendimento S/A destaca-se por sua atuação consolidada em operações de câmbio, como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira, em espécie, para instituições financeiras e outros agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil a operar nesse segmento.

No mercado primário de câmbio mantêm estrutura organizada para o atendimento às pessoas físicas, empresas e outras entidades jurídicas em operações de compra e venda de moeda estrangeira, de natureza comercial - importação e exportação - e financeira, tais como investimentos no país e no exterior, empréstimos internacionais, transferências unilaterais e serviços. O atendimento à clientela é diferenciado das demais instituições financeiras, por contar com a atenção e orientação especializada de nossos funcionários, dada a complexa regulamentação cambial, do câmbio estrangeiro e das regras tributárias incidentes.

Em crédito, o Banco Rendimento S/A concentra suas operações no segmento de Middle Market, atendendo empresas com faturamento anual da ordem de 40 a 500 milhões de reais e, em menor escala, operações de CDC relacionadas ao turismo, financiamento de taxis veiculares e atividade educacional.

Nos últimos anos ocupou posição relevante na área de serviços, relacionados à arrecadação de tributos de veículos automotores, intermediados pelo segmento de despachantes documentários. Através da instituição de pagamentos Agilistas Soluções de Pagamentos Ltda., empresa integrante do Conglomerado Rendimento, o Banco atua como distribuidor dos cartões pré-pagos, em moeda estrangeira, VTM - Visa Travel Money, um dos mais tradicionais do mercado.

Índice da Basileia

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispôs sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nivel I), demonstramos abaixo o comportamento do Índice de Basileia, apurado no primeiro semestre de 2015, apresentando-se com relativa margem de suficiência, o que se evidencia a regularidade no enquadramento, do Conglomerado Rendimento, aos atuais 11%, definidos pelo referido órgão regulador.

2015	Patrimônio de Referência	Patrimônio de Referência Exigido (RWA)	Índice Basileia
Janeiro	219.808	166.502	14,49%
Fevereiro	221.005	157.782	15,41%
Março	223.099	145.341	16,82%
Abril	226.116	153.891	16,16%
Mai	226.363	153.343	16,24%
Junho	226.723	157.645	15,82%
Média			15,82%

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

O Grupo Rendimento mantêm estrutura de Governança Corporativa, Controles Internos e Riscos, em total aderência às exigências do CMN e do Banco Central do Brasil, abrangendo as Áreas de Compliance, Riscos de Mercado, Operacional, Liquidez, Crédito, Responsabilidade Socioambiental, Segurança da Informação e Auditoria Interna, com procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

As atividades de controles internos são de responsabilidade das unidades de Governança Corporativa e Auditoria Interna do Conglomerado Rendimento. Estão subordinadas ao Diretor Superintendente e segregadas das áreas comprometidas com resultados bem como daquelas responsáveis pelas atividades de suporte, obtendo com isso maior eficiência nas ações preventivas e prudenciais.

A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de ações e procedimentos que tem por objetivo mitigar possíveis perdas em operações de crédito e câmbio, bem como subsidiar a gestão de liquidez da organização, evitando o descasamento de prazos com captações. Tais atividades e procedimentos encontram-se disciplinados em normativos internos do Conglomerado Rendimento e mantêm conformidade com leis e regulamentos emanados pelo CMN e BACEN.

Esses mecanismos de gestão são essenciais para a otimização na utilização do capital e obtenção da melhor relação Risco x Retorno aos seus acionistas, através da seleção das melhores oportunidades de negócios. Periodicamente são realizadas reuniões dos comitês, responsáveis pela divulgação das políticas gerais, visando maior eficiência da gestão e avaliação consolidada dos riscos.

Risco Operacional

O Conglomerado Rendimento em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implementou estrutura para gestão do risco operacional, com elaboração de Política Institucional e de procedimentos para detecção e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados. Para a gestão do risco operacional, a organização prioriza a utilização de ferramentas e procedimentos preventivos, ante os mecanismos de natureza reativa, visando com isso minimizar a ocorrência de eventos de risco operacional e consequentes perdas.

A alocação de capital regulamentar, para suportar eventuais perdas em eventos de risco operacional, é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista na Circular 3.640/13, do Banco Central do Brasil.

Risco de Mercado e Liquidez

O Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez, no Conglomerado Rendimento, é realizado em conformidade com as disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por finalidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às boas práticas, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a impossibilidade da instituição de honrar, eficientemente, suas obrigações correntes e futuras sem, contudo, afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Com base nesses controles são observados os fluxos ativos e passivos, através de modelo interno estabelecido em política, que visa identificar, pelo Patrimônio de Referência, o grau de alavancagem de crédito e de outras posições operacionais para se estabelecer a margem ou insuficiência de liquidez.

O Comitê de Tesouraria e Liquidez é realizado semanalmente com as presenças do Diretor Superintendente, da Tesouraria e de outros profissionais da organização, com o objetivo de se analisar cenários de mercado e principalmente definir as estratégias de captação e aplicação de recursos.

Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A gestão de Risco de Crédito encontra-se estruturada em conformidade com a Resolução 3.721/09, do CMN, sob a responsabilidade da Diretoria de Riscos e Compliance que executa atividades segregadas das unidades de negociação e de auditoria interna. Tem como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, por meio de políticas aderentes às boas práticas, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise das operações do Banco e dos riscos de crédito associados. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e tem por prática deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito, bem como a aprovação de medidas corretivas e de planos de ação para minimizar possíveis riscos.

Política de Deferimento de Crédito

A política de concessão de crédito, adotada pelo Banco Rendimento S/A, fundamenta-se na exigência de garantias compatíveis com o risco de contraparte e pela seleção de clientes tomadores idôneos e que apresentem capacidade financeira. As operações são realizadas com agilidade, segurança, evidenciando qualidade, liquidez e rentabilidade na aplicação dos ativos.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito, do Banco Rendimento S/A, garante maior eficiência nas ações de crédito e otimização das oportunidades de negócios. Para a concessão de crédito, tanto no varejo como no atacado, as decisões são tomadas de acordo com os limites de alçada e análise econômico-financeira do cliente, premissas que garantem a criteriosa observação do risco das operações.

Responsabilidade Socioambiental

A estrutura de gestão do Risco Socioambiental visa estabelecer princípios, diretrizes e procedimentos para a implementação, nas empresas do Conglomerado Rendimento, da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), bem como definir as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações com o mercado, clientes, fornecedores e público interno, nos termos definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução 4.327, de 25.04.2014.

A estratégia para a aplicação de medidas socioambientais na organização consistiu na adoção de duplo objetivo, quais sejam: a) agregar às práticas atuais de governança, ações de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental

no ambiente interno, contemplando as atividades de negócios e serviços bancários explorados e b) avaliar o "risco socioambiental" na relação com clientes e fornecedores, visando à adoção de procedimentos que anule ou reduza a incidência de tal risco.

A Diretoria de Riscos e Compliance cabe a definição de políticas, medidas estratégicas, estabelecimento de responsabilidades e acompanhamento do cumprimento das obrigações legais previstas para a PRSA.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Grupo Rendimento mantém estrutura, para avaliação e gerenciamento do capital regulamentar, em conformidade com a Resolução 3.988/11, do CMN, compatível com os riscos dos negócios e alavancagem dos respectivos portfólios. São realizadas projeções do índice de Basileia, para períodos trienais, com a previsão de fontes para manutenção do nível de capital, em patamares confortáveis acima do mínimo exigido pelas autoridades reguladoras. Toda a estratégia da organização está registrada no Plano Trienal de Capital aprovado pela diretoria, o qual é submetido a processo anual de acompanhamento e revisão.

O Plano de Capital do Conglomerado Rendimento foi elaborado no primeiro semestre de 2015 e contempla o triênio 2015 a 2017, com projeções de receitas, despesas e das posições patrimoniais, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia. É realizado monitoramento contínuo, a fim de se observar a capacidade do Patrimônio de Referência, em períodos futuros, de suportar todos os riscos que possam envolver os negócios do Conglomerado Rendimento, bem como a consistência da política institucional para provisão do capital em níveis superiores aos requeridos legalmente.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

O Conglomerado Rendimento conta com instrumentos de controle e acompanhamento, nas operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro.

A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais.

A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas os casos são submetidos para deliberação da alta administração, quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. As áreas de negócios do Banco Rendimento S/A são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Segurança da Informação

A política e as normas corporativas contemplam a efetiva proteção dos ativos da informação, constituídos pelas bases de dados dos sistemas, documentos, arquivos com informações extraídas de sistemas e backup de dados, bem como aplicação de controles do framework de Segurança da Informação:

- Controle de Acesso;
- Análise de Vulnerabilidade;
- Criptografia;
- Monitoramento/compliance;
- Proteção de tráfego de informações.

Com o objetivo de preservar a total aderência dos controles internos e dos sistemas informatizados, são mantidos programas de treinamento, conscientização e revisões das políticas focadas na proteção dos dados restritos e de interesse exclusivo de clientes, bem como das informações estratégicas da Grupo.

Plano de Continuidade de Negócio

O Banco Rendimento S/A e empresas do Grupo contam atualmente com estrutura para Plano de Continuidade de Negócios (PCN), devidamente aderente às atividades administrativas e operacionais, composta por equipe e gerência preparadas para assegurar que, em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos de negócios sejam efetivas, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para as empresas Rendimento como para os clientes.

Ouvidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, o Conglomerado Rendimento atende as disposições da Resolução 3.849/10, do CMN. A unidade de Ouvidoria tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como prologar à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

A área de Ouvidoria atua independentemente das áreas de negócios do Conglomerado, propondo um relacionamento aberto e provido de imparcialidade da Empresa com Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral. Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

Auditores Independentes

O Banco Rendimento S/A em consonância com o teor da Resolução 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, não contratou e nem teve serviços prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A administração do Conglomerado Rendimento agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado financeiro, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

A Diretoria

Demonstrações do Resultado

Semestres Findos em 30 de Junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	1º Semestre	
		2015	2014
Receitas da intermediação financeira		121.620	110.949
Operações de crédito		38.980	34.434
Resultado de títulos e valores mobiliários		22.495	11.371
Resultado de instrumentos financeiros derivativos		(10.722)	(5.818)
Resultado de operações de câmbio		70.867	65.662
Despesas da intermediação financeira		(43.159)	(34.690)
Captações no mercado		(43.422)	(23.798)
Empréstimos, cessões e repasses		(1.329)	(1.186)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.408)	(9.706)
Resultado bruto da intermediação financeira		74.461	76.259
Outras receitas/despesas operacionais		(53.681)	(64.182)
Receitas de prestação de serviços		13.668	11.559
Resultado de participação em controladas		1.581	1.081
Despesas pessoais		(29.050)	(26.672)
Outras despesas administrativas		(34.370)	(39.499)
Despesas tributárias		(4.957)	(5.256)
Outras receitas operacionais		719	1.177
Outras despesas operacionais		(1.272)	(6.572)
Resultado operacional		20.779	12.077
Resultado não operacional		(1)	(597)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		20.779	11.480
Imposto de renda e contribuição social		(5.003)	(1.400)
Imposto de renda		(3.287)	(4.898)
Contribuição social		(1.716)	(3.053)
Ativo fiscal diferido		331	6.533
Participações estatutárias no lucro		(1.518)	(1.153)
Lucro líquido do semestre		14.260	8.927
Lucro líquido por ação (em R\$)		90,00	56,34

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres Findos em 30 de Junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	1º Semestre	
		2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre		16.783	11.196
Lucro líquido do semestre		14.260	8.927
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		2.523	2.269
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		84	(802)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		2.408	9.706
Resultado de participações em coligadas e controladas		(1.581)	(1.081)
Depreciações e amortizações		1.342	(3.053)
Impostos diferidos		(331)	(6.533)
Constituição de provisões para passivos contingentes		1.065	(948)
Outras provisões/reversões no operacionais		-	610
Outras reversões operacionais		(464)	610
Variação de ativos e passivos		44.116	(88.641)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(11.433)	(40.964)
Redução(aumento) em títulos e valores mobiliários - Negociação		-	1.842
Redução em relações interfinanceiras - ativo		(15.937)	(11.039)
(Aumento) em operações de crédito		3.011	78.193
(Aumento)/redução em outros créditos		832	(90.290)
(Aumento)/redução em outros valores e bens		1.060	(13.808)
Aumento em depósitos		27.982	50.193
(Redução)/aumento em captações no mercado aberto		(280)	5.648
(Redução)/aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(11.353)	595
Aumento/(redução) em relações interfinanceiras - passivo		444	-
Aumento em relações interdependências		15.340	10.562
(Aumento)/redução) em obrigações por empréstimos e repasses		8.031	(24.525)
(Redução) em instrumentos financeiros derivativos		-	(129)
Aumento/(redução) em outras obrigações		26.315	(54.748)
Aumento/(redução) em resultados de exercícios futuros		74	(171)
Caixa líquido gerado em atividades operacionais		60.899	(77.445)
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimentos			
Aquisição de títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda		(3.912)	-
Alienação de investimento		1	-
Aquisição de imobilizado de uso		(42)	(576)
Aplicações no intangível		(358)	(696)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos		(4.311)	(1.272)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio pagos		(5.500)	(4.400)
Pagamento de dividendos		-	(1.000)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		(5.500)	(5.400)
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa		51.088	(84.117)
Demonstração da variação de caixa e equivalente de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		595.027	589.629
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		646.114	504.512
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa		51.088	(84.117)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres Findos em 30 de Junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital	Reservas de Lucros		Ajustes a Valor Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Aumento de Capital	Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	85.316	-	8.313	85.518	-	179.147
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	8.927	8.927
Constituição de reserva de lucros - Legal	-	-	446	-	(446)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.000)	-	(1.000)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(4.400)	(4.400)
Saldos em 30 de junho de 2014	85.316	-	8.759	84.518	4.081	182.674
Saldos em 31 de dezembro de 2014	85.316	-	9.481	97.016	-	191.813
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	14.260	14.260
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestres Findos em 30 de Junho de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme demonstrado na Nota 9.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada trimestralmente.

g) Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado, diferido e intangível
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados, 4% a.a. para terrenos e 10% a.a. para os demais itens.

O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do balanço e representado, basicamente, por benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizadas pelo prazo contratual de locação, e gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizados pelo prazo de cinco anos. Os saldos existentes no ativo diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 3.617/08 do Banco Central do Brasil (BACEN) serão mantidos até a sua efetiva baixa.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

i) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

j) Imposto de renda e contribuição social e crédito tributário

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% até agosto de 2015, a partir de setembro de 2015 a alíquota foi majorada para 20%, conforme MP 675/15.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

k) Operações de câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base pro rata dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

m) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, nas datas das informações semestrais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

5. Disponibilidades

6. Aplicações em depósitos interfinanceiros

7. Aplicações em depósitos interfinanceiros

8. Aplicações em depósitos interfinanceiros

9. Aplicações em depósitos interfinanceiros

10. Aplicações em depósitos interfinanceiros

11. Aplicações em depósitos interfinanceiros

12. Aplicações em depósitos interfinanceiros

13. Aplicações em depósitos interfinanceiros

14. Aplicações em depósitos interfinanceiros

15. Aplicações em depósitos interfinanceiros

16. Aplicações em depósitos interfinanceiros

17. Aplicações em depósitos interfinanceiros

18. Aplicações em depósitos interfinanceiros

19. Aplicações em depósitos interfinanceiros

20. Aplicações em depósitos interfinanceiros

21. Aplicações em depósitos interfinanceiros

22. Aplicações em depósitos interfinanceiros

23. Aplicações em depósitos interfinanceiros

24. Aplicações em depósitos interfinanceiros

25. Aplicações em depósitos interfinanceiros

26. Aplicações em depósitos interfinanceiros

27. Aplicações em depósitos interfinanceiros

28. Aplicações em depósitos interfinanceiros

29. Aplicações em depósitos interfinanceiros

30. Aplicações em depósitos interfinanceiros

31. Aplicações em depósitos interfinanceiros

32. Aplicações em depósitos interfinanceiros

33. Aplicações em depósitos interfinanceiros

34. Aplicações em depósitos interfinanceiros

35. Aplicações em depósitos interfinanceiros

36. Aplicações em depósitos interfinanceiros

37. Aplicações em depósitos interfinanceiros

38. Aplicações em depósitos interfinanceiros

39. Aplicações em depósitos interfinanceiros

40. Aplicações em depósitos interfinanceiros

41. Aplicações em depósitos interfinanceiros

42. Aplicações em depósitos interfinanceiros

43. Aplicações em depósitos interfinanceiros

44. Aplicações em depósitos interfinanceiros

45. Aplicações em depósitos interfinanceiros

46. Aplicações em depósitos interfinanceiros

47. Aplicações em depósitos interfinanceiros

48. Aplicações em depósitos interfinanceiros

49. Aplicações em depósitos interfinanceiros

50. Aplicações em depósitos interfinanceiros

51. Aplicações em depósitos interfinanceiros

52. Aplicações em depósitos interfinanceiros

53. Aplicações em depósitos interfinanceiros

54. Aplicações em depósitos interfinanceiros

55. Aplicações em depósitos interfinanceiros

56. Aplicações em depósitos interfinanceiros

57. Aplicações em depósitos interfinanceiros

58. Aplicações em depósitos interfinanceiros

59. Aplicações em depósitos interfinanceiros

60. Aplicações em depósitos interfinanceiros

61. Aplicações em depósitos interfinanceiros

62. Aplicações em depósitos interfinanceiros

63. Aplicações em depósitos interfinanceiros

64. Aplicações em depósitos interfinanceiros

65. Aplicações em depósitos interfinanceiros

66. Aplicações em depósitos interfinanceiros

67. Aplicações em depósitos interfinanceiros

68. Aplicações em depósitos interfinanceiros

69. Aplicações em depósitos interfinanceiros

70. Aplicações em depósitos interfinanceiros

71. Aplicações em depósitos interfinanceiros

72. Aplicações em depósitos interfinanceiros

73. Aplicações em depósitos interfinanceiros

74. Aplicações em depósitos interfinanceiros

75. Aplicações em depósitos interfinanceiros

76. Aplicações em depósitos interfinanceiros

77. Aplicações em depósitos interfinanceiros

78. Aplicações em depósitos interfinanceiros

79. Aplicações em depósitos interfinanceiros

80. Aplicações em depósitos interfinanceiros

81. Aplicações em depósitos interfinanceiros

82. Aplicações em depósitos interfinanceiros

83. Aplicações em depósitos interfinanceiros

84. Aplicações em depósitos interfinanceiros

85. Aplicações em depósitos interfinanceiros

86. Aplicações em depósitos interfinanceiros

87. Aplicações em depósitos interfinanceiros

88. Aplicações em depósitos interfinanceiros

89. Aplicações em depósitos interfinanceiros

90. Aplicações em depósitos interfinanceiros

91. Aplicações em depósitos interfinanceiros

92. Aplicações em depósitos interfinanceiros

93. Aplicações em depósitos interfinanceiros

94. Aplicações em depósitos interfinanceiros

95. Aplicações em depósitos interfinanceiros

96. Aplicações em depósitos interfinanceiros

97. Aplicações em depósitos interfinanceiros

98. Aplicações em depósitos interfinanceiros

99. Aplicações em depósitos interfinanceiros

100. Aplicações em depósitos interfinanceiros

101. Aplicações em depósitos interfinanceiros

102. Aplicações em depósitos interfinanceiros

103. Aplicações em depósitos interfinanceiros

104. Aplicações em depósitos interfinanceiros

105. Aplicações em depósitos interfinanceiros

106. Aplicações em depósitos interfinanceiros

107. Aplicações em depósitos interfinanceiros

108. Aplicações em depósitos interfinanceiros

109. Aplicações em depósitos interfinanceiros

110. Aplicações em depósitos interfinanceiros

111. Aplicações em depósitos interfinanceiros

112. Aplicações em depósitos interfinanceiros

113. Aplicações em depósitos interfinanceiros

114. Aplicações em depósitos interfinanceiros

115. Aplicações em depósitos interfinanceiros

116. Aplicações em depósitos interfinanceiros

117. Aplicações em depósitos interfinanceiros

118. Aplicações em depósitos interfinanceiros

119. Aplicações em depósitos interfinanceiros

120. Aplicações em depósitos interfinanceiros

121. Aplicações em depósitos interfinanceiros

122. Aplicações em depósitos interfinanceiros

123. Aplicações em depósitos interfinanceiros

124. Aplicações em depósitos interfinanceiros

125. Aplicações em depósitos interfinanceiros

126. Aplicações em depósitos interfinanceiros

127. Aplicações em depósitos interfinanceiros

128. Aplicações em depósitos interfinanceiros

129. Aplicações em depósitos interfinanceiros

130. Aplicações em depósitos interfinanceiros

131. Aplicações em depósitos interfinanceiros

132. Aplicações em depósitos interfinanceiros

133. Aplicações em depósitos interfinanceiros

134. Aplicações em depósitos interfinanceiros

135. Aplicações em depósitos interfinanceiros

136. Aplicações em depósitos interfinanceiros

137. Aplicações em depósitos interfinanceiros

138. Aplicações em depósitos interfinanceiros

139. Aplicações em depósitos interfinanceiros

140. Aplicações em depósitos interfinanceiros

141. Aplicações em depósitos interfinanceiros

142. Aplicações em depósitos interfinanceiros

143. Aplicações em depósitos interfinanceiros

144. Aplicações em depósitos interfinanceiros

145. Aplicações em depósitos interfinanceiros

146. Aplicações em depósitos interfinanceiros

147. Aplicações em depósitos interfinanceiros

148. Aplicações em depósitos interfinanceiros

149. Aplicações em depósitos interfinanceiros

150. Aplicações em depósitos interfinanceiros

151. Aplicações em depósitos interfinanceiros

152. Aplicações em depósitos interfinanceiros

153. Aplicações em depósitos interfinanceiros

154. Aplicações em depósitos interfinanceiros

155. Aplicações em depósitos interfinanceiros

156. Aplicações em depósitos interfinanceiros

157. Aplicações em depósitos interfinanceiros

158. Aplicações em depósitos interfinanceiros

159. Aplicações em depósitos interfinanceiros

160. Aplicações em depósitos interfinanceiros

161. Aplicações em depósitos interfinanceiros

162. Aplicações em depósitos interfinanceiros

163. Aplicações em depósitos interfinanceiros

164. Aplicações em depósitos interfinanceiros

165. Aplicações em depósitos interfinanceiros

166. Aplicações em depósitos interfinanceiros

167. Aplicações em depósitos interfinanceiros

168. Aplicações em depósitos interfinanceiros

169. Aplicações em depósitos interfinanceiros

170. Aplicações em depósitos interfinanceiros

171. Aplicações em depósitos interfinanceiros

172. Aplicações em depósitos interfinanceiros

173. Aplicações em depósitos interfinanceiros

174. Aplicações em depósitos interfinanceiros

175. Aplicações em depósitos interfinanceiros

176. Aplicações em depósitos interfinanceiros

177. Aplicações em depósitos interfinanceiros

178. Aplicações em depósitos interfinanceiros

179. Aplicações em depósitos interfinanceiros

180. Aplicações em depósitos interfinanceiros

181. Aplicações em depósitos interfinanceiros

182. Aplicações em depósitos interfinanceiros

183. Aplicações em depósitos interfinanceiros

184. Aplicações em depósitos interfinanceiros

185.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestres Findos em 30 de Junho de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Saldo das transações
As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

b) Remuneração do pessoal chave da Administração
Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	2015	2014
Remuneração fixa no semestre	3.316	2.845
Encargos sociais	730	(626)
Total	2.586	2.219

O Banco Rendimento S/A não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social
O capital social é representado por 158.438 ações nominativas sem valor nominal, sendo 79.219 ordinárias e 79.219 preferenciais.
As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.
Em 17 de abril de 2015 por realização de Assembleia Geral Ordinária, o Banco aumentou o capital social de R\$ 85.316 para R\$ 150.000 mediante incorporação da Reserva Legal R\$ 8.759 e Reserva Especial de Lucros - Outras R\$ 55.925, mantendo-se a mesma quantidade de ações.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à assembleia geral de acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.
Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de março de 2014, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 1.000.
No semestre findo em 30 de junho de 2015, o Banco não distribuiu dividendos.
Em 03 de junho de 2015, foi deliberado o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 5.500 (2014 R\$ 4.400) referentes ao primeiro semestre de 2015, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do semestre no montante de R\$ 2.200 (2014 R\$ 1.760).

c) Lucros acumulados
No semestre de 2015, o Banco Rendimento S/A apurou um lucro contábil de R\$ 14.260 (R\$ 8.927 em 2014).

d) Reserva de lucros
Legal: O Banco Rendimento S/A deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.
Outras: Composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembleia Geral Ordinária).

20. Despesas de captação no mercado

	2015	2014
Depósitos interfinanceiros	2.904	3.102
Depósitos a prazo	38.437	19.287
Operações compromissadas	705	508
Contribuições ao fundo garantidor de crédito - FGC	410	306
Recursos de emissão de títulos	966	595
Total	43.422	23.798

21. Receitas de prestação de serviços

	2015	2014
Rendas de garantias prestadas	1.018	966
Tarifas de serviços bancários	1.008	992
Tarifas de arrecadação	5.293	3.091
Tarifas de câmbio	4.754	1.090
Tarifas de outros serviços	1.595	5.420
Total	13.668	11.559

22. Outras despesas administrativas

	2015	2014
Despesas de serviços sistema financeiro	15.575	16.863
Despesas de serviços de terceiros	5.014	6.403
Despesas de aluguel	2.114	1.982
Despesas de processamento de dados	4.357	4.316
Despesas de comunicações	988	971
Despesas de serviços técnicos especializados	1.173	1.367
Despesas de promoções e relações públicas	106	1.634
Despesas de contribuições filantrópicas	363	310
Despesas de publicações	157	140
Despesas de seguros	80	80
Despesas de depreciação	654	701
Despesas de amortização	688	615
Despesas de transportes	552	665
Despesas de vigilância e segurança	406	319
Despesas de viagens	102	95
Despesas de condomínio	369	334
Despesas de propaganda e publicidade	13	19
Despesas de manutenção e conservação de bens	277	417
Despesas de material	298	349
Despesas de água, energia e gás	216	200
Outras despesas administrativas	868	1.719
Total	34.370	39.499

23. Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais

	2015	2014
Recuperação de encargos e despesas	12	155
Descontos obtidos	123	19
Verba de marketing	-	27
Reversão bônus diretoria	10	-
Reversões provisões tributadas	469	948
Avais e fianças	52	-
Variáveis monetárias - outras	7	10
Outras	46	18
Total	719	1.177

Outras despesas operacionais

	2015	2014
Imposto de renda - exercícios anteriores	-	429
Contribuição social - exercícios anteriores	-	264
Juros e multas sobre impostos	-	229
Bônus diretoria	95	184
Descontos concedidos	-	4.222
Verba de marketing	-	464
Provisões para perdas de avais e fianças	107	595
Provisões para ações civis	181	-
Provisões para ações trabalhistas	835	-
Outras	54	185
Total	1.272	6.572

24. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros
A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 30 de junho de 2015, correspondiam a R\$ 107.811 (R\$ 99.401 em 2014) com provisão para perdas no montante de R\$ 701.

25. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes
Em 30 de junho de 2015 e 2014, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) *Provisões trabalhistas* - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acessado de encargos.

(ii) *Provisões civis* - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) *Provisões fiscais* - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais administrativos, provisionados no passivo exigível a longo prazo na rubrica "outras obrigações fiscais e previdenciárias", representados pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 46.034;
- Contestação quanto a base de receitas de operações de avais e fiança e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 2.200.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

	2015				2014					
Provisão para contingências	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras (i)	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras (i)	Total
Saldo no início	49.144	865	1.287	2.241	53.537	46.317	865	1.287	2.241	50.710
Constituições	-	931	182	145	1.258	-	931	182	145	1.258
Realizações / Reversões	-	(95)	(7)	(91)	(193)	-	(95)	(7)	(91)	(193)
Saldo no final	49.144	1.701	1.462	2.295	54.988	46.317	865	1.287	2.241	50.710

(i) *Constituída por R\$ 701 referente a avais e fianças prestadas e R\$ 1.594 referente a repasse de ISS para prefeitura de Itaiti.*

Depósitos judiciais

	2015			2014		
	Fiscais	Trabalhistas	Total	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo no início	49.213	279	49.492	39.739	46	39.785
Constituições	761	88	849	5.043	-	5.043
Realizações / Reversões	(6.365)	(21)	(6.577)	(194)	-	(194)
Saldo no final	43.609	346	43.955	44.588	46	44.634

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
Em 30 de junho de 2015, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 11 (2014 - 15) processos de natureza cível que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes R\$ 99 (2014 - R\$ 444) e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias decorrentes da realização de operações de cartões VTM.

d) Órgãos reguladores
Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco Rendimento S/A.

26. Limites operacionais
O Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:

	2015	2014
Patrimônio de referência - PR	226.723	226.723
Risco de crédito - RWA _{CRD}	99.150	99.150
Risco de exposição cambial - RWA _{CAM}	7.450	46
Risco de taxas de juros - RWA _{TJM}	46	46
Risco de cupom de moedas - RWA _{CUP}	1.092	1.092
Risco operacional - RWA _{OPR}	49.907	49.907
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	157.645	157.645
Margem sobre o PR requerido	69.078	69.078

O índice de Basileia para a data-base de 30 de Junho de 2015, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, é de 15,82% (Junho de 2014 - 14,07%) para o Conglomerado Financeiro.

27. Gestão de riscos
A gestão de riscos é disciplinada por políticas e procedimentos definidos e aprovados pela Alta Administração, os quais deverão ser seguidos pelas áreas de negócios e monitorados de forma independente pela área de controles internos.
A estrutura de riscos encontra-se subordinada ao Diretor de Riscos e Compliance, responsável, também, pelas atribuições da Área de Governança Corporativa e pela unidade de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo.
As definições estratégicas de maior relevância são submetidas aos Comitês Específicos em função da matéria tratada.
I - Risco de Mercado
É o risco associado à probabilidade de que a variação no valor de ativos e passivos causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado gere perdas para a instituição. O controle do risco de mercado é realizado por equipe especializada responsável pela execução das atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Adicionalmente é realizado monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando o atendimento ao órgão regulador brasileiro.
O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às boas práticas e aderente aos processos de melhoria contínua.

Valor em Risco (VaR) - Esse modelo de análise de risco visa quantificar a exposição, utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Statistics): nível de confiança adequado - é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos, *simulações de estresse (VaR Estressado)* - é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse e *capital econômico* alocado.
De acordo com modelo de administração dos riscos adotado, os limites e a exposição aos riscos de mercado, no Conglomerado Financeiro, são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio de Referência.
Testes de Estresse - São realizados diariamente, tomando-se por base os cenários divulgados pela BM&F, com a utilização de cenários, sendo dois para taxas de juros prefixadas, dois para câmbio e um para taxas de juros e câmbio, simultaneamente. Para taxa de juros utiliza-se os cenários alta 4 e baixa -4 e para o câmbio utiliza-se um choque de 10% tanto para alta como para baixa.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional, na Circular nº 3.354/07, do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia III, a análise é aplicada integralmente às carteiras trading e banking, cujas exposições sofrem impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição. A Política de Gestão de Risco de Mercado encontra-se alinhada aos conceitos do Comitê de Basileia, sendo constituída por um conjunto de princípios que norteiam a estratégia e controle dos negócios do Conglomerado Financeiro.
II - Risco de Crédito
A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito encontra-se em conformidade com a Resolução 3.721/09, do Conselho Monetário Nacional e deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco Rendimento S/A. Essa comitê se reúne de acordo com a política definida pela Alta Administração e tem como objetivos deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprovar medidas corretivas e de planos de ação com vistas à mitigação de possíveis riscos associados.

III - Risco Operacional
É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.
A crescente sofisticação do ambiente dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornaram mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento, requer uma estrutura específica, distinta das aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.
Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, foi definida política de gerenciamento do risco operacional, constituída por um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional e aos papéis e responsabilidades das áreas que participam dessa estrutura.
Com base em legislação do BACEN as instituições financeiras são obrigadas a alocar capital para risco operacional. O Conglomerado Financeiro optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.
IV - Risco de Liquidez

O controle da liquidez é um instrumento estratégico e de extrema importância, no Banco, tendo em vista a necessidade do acompanhamento contínuo dos níveis de caixa, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura, sem problemas de descausamento entre ativos e passivos.
Em cumprimento à Resolução nº 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Rendimento S/A estabeleceu políticas que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos específicos de liquidez e permitir no mercado financeiro como um todo. O objetivo principal é prover recursos para o Conglomerado Financeiro e garantir a manutenção dos negócios e a geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.
O Comitê de Liquidez é realizado semanalmente onde são apresentados o panorama do mercado, caixa e captação, visando eventuais correções para níveis considerados adequados e suficientes quanto à mitigação de riscos que possam atingir a reputação do Conglomerado.

V - Estrutura de Gerenciamento de Capital
O Banco Rendimento S/A possui estrutura de gerenciamento de capital em conformidade com as orientações constantes da Resolução nº 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional.
A estrutura de Gerenciamento de Capital é responsável pelo monitoramento, planejamento de metas e controle do capital mantido pela instituição, bem como pela avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos em que a instituição esteja sujeita.

A partir das disposições constantes da referida Resolução, o Banco Rendimento S/A passou a calcular índice de Basileia para valores projetados em um período de três anos (Plano Trienal de Relatório), visando verificar se o seu nível estará adequado frente à situação futura, adotando uma visão prospectiva em relação às necessidades de capital. No Plano de Capital também são considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo já regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.
No primeiro semestre de 2015 foi realizada a revisão do Plano de Capital, elaborado no ano de 2014, tendo como premissas de análise a consistência da política de formação e suficiência do Patrimônio de Referência - PR do Conglomerado para o triênio 2015 a 2017.

28. Outras informações
A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devida pelas instituições financeiras de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento). A medida entrará em vigor em 1º de setembro de 2015 e produzirá impactos na tributação corrente e diferida da Instituição. O Banco calculou os efeitos de setembro a dezembro, através de projeções, que resultou em um acréscimo (despesa) da CSLL corrente de R\$ 1.694. No diferido, com base na média dos últimos 6 meses, R\$ 289 (receita).

A DIRETORIA

EMILIO BRUNO - Contador - C.R.C. 1SP166.726/0-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do Banco Rendimento S/A

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S/A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S/A em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 12 de agosto de 2015

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/0-6

Emerson Morelli
Contador
CRC-1SP249401/0-4

COTAÇÃO

A mais completa solução em câmbio.

Produtos de Câmbio
Papel Moeda e Cartões de Viagem Rendimento (Mastercard® e Visa).
Utilize nosso Serviço de *Delivery* ou verifique em nosso site a loja mais próxima.

Transferências Internacionais

- Pagamento de cursos, encomendas e serviços;
- Transferência para pagamento de imóveis;
- Transferência de Patrimônio;
- Pagamento de hotéis e demais serviços turísticos;
- Importação e Exportação;
- Outras naturezas.

Remessa Expressa
Serviço de envio de dinheiro ao exterior em pequenas quantias sem a necessidade de possuir conta corrente.

www.cotacao.com.br | 4002-1010

Ouvidoria Cotação: ouvidoria@cotacao.com.br ou 0800 722 0132 (das 9h às 18h, dias úteis)